

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2019

“CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, NA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, SOBRE O SUBSÍDIO PAGO AOS AGENTES POLÍTICOS, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, os subsídios pagos aos agentes políticos e a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, na forma de revisão geral, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 5,5%, a partir de 01/02/2019, que corresponde ao somatório dos índices de inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, relacionados aos seguintes períodos:

I - o acumulado no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, que corresponde a 2,07%;

II - o acumulado no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, que corresponde a 3,43%.

§1º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre o valor pago a título de Gratificação de Função.

§2º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre a remuneração paga aos servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 2º Os índices de inflação fixados no art. 1º desta Lei serão aplicados sobre os vencimentos de fevereiro de 2019.

Art. 3º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão

geral anual disposto no *caput* deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 4º Fica estabelecido o piso salarial dos servidores públicos municipais em R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), para a carga horária de 40 horas semanais, com efeitos a partir de 01/01/2019.

Art. 5º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 25 de fevereiro de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal